

Hannah Arendt

Sobre a violência

TRADUÇÃO
E ENSAIO CRÍTICO
André Duinle

RELUME ~~DE~~ DUMARÁ

Capítulo 2

É contra o pano de fundo destas experiências que proponho levantar a questão da violência no âmbito da política. Isto não é fácil. O que Sorel observou há sessenta anos, que "os problemas da violência ainda permanecem muito obscuros",⁵¹ ainda é tão verdadeiro hoje como antes. Mencionei a relutância geral em se tratar a violência como um fenômeno em si mesmo e devo agora qualificar esta afirmação. Se nos voltamos para as discussões do fenômeno do poder, rapidamente percebemos existir um consenso entre os teóricos da política, da Esquerda à Direita, no sentido de que a violência é tão-somente a mais flagrante manifestação do poder. "Toda política é uma luta pelo poder; a forma básica do poder é a violência", disse C. Wright Mills, fazendo eco, por assim dizer, à definição de Max Weber, do Estado como "o domínio do homem pelo homem baseado nos meios da violência legítima, quer dizer, supostamente legítima".⁵² O consenso é muito estranho, pois equacionar o poder político com a "organização dos meios da violência" só faz sentido se seguirmos a consideração de Marx, para quem o Estado era um instrumento de opressão nas mãos da classe dominante. Voltemo-nos, portanto, para autores que não acreditam que o corpo político e suas leis sejam superestruturas meramente coercitivas, manifestações secundárias de algumas forças subjacentes. Voltemo-nos, por exemplo, para Bertrand de Jouvenel, cujo livro, *Poder*, é talvez o tratado recente de maior prestígio e, de qualquer maneira, o mais interessante a este respeito. Escreve ele: "Para aquele que contempla o desenrolar das eras, a guerra apresenta-se como uma atividade que *pertence* à essência dos Estados".⁵³ Isto nos leva a perguntar se o fim da guerra não significaria

o fim dos Estados. O desaparecimento da violência nas relações entre os Estados significaria o fim do poder?

Ao que parece, a resposta dependerá do que compreendamos como poder. E o poder, ao que tudo indica, é um instrumento de dominação, enquanto a dominação, assim nos é dito, deve à sua existência a um "instinto de dominação".⁵⁴ Lembremo-nos imediatamente do que Sartre disse a respeito da violência quando lemos em Jouvelet que "um homem sente-se mais homem quando se impõe e faz dos outros um instrumento de sua vontade", o que lhe dá um "prazer incomparável".⁵⁵ "O poder", disse Voltaire, "consiste em fazer com que os outros ajam conforme eu escolho"; ele está presente onde quer que eu tenha a oportunidade de "afirmar minha própria vontade contra a resistência" dos outros, disse Max Weber, lembrando-nos da definição de Clausewitz, da guerra como "um ato de violência a fim de compelir o oponente a fazer o que desejamos". A palavra, nos é dito por Strausz-Hupé, significa "o poder do homem sobre o homem".⁵⁶ Retornando a Jouvelet: "Comandar e obedecer, sem isto não há poder — e, com isto, nenhum outro atributo é necessário para que ele exista... Aquilo sem o que não há poder: esta essência é o comandar".⁵⁷ Se a essência do poder é a efetividade do comando, então não há maior poder do que aquele emergente do cano de uma arma, e seria difícil dizer "em que medida a ordem dada por um policial é diferente daquela dada por um pistoleiro". (Clic! o importante livro de Alexander Passerin d'Entrèves, *A noção do Estado*, o único autor que conheço que está consciente da importância em se distinguir violência e poder. "Temos que decidir-se, e em que sentido, o poder pode ser distinguido da 'força'; a fim de descobrir como o fato de se usar a força de acordo com a lei muda a qualidade da própria força e nos apresenta um quadro inteiramente diferente das relações humanas", posto que a "força, pelo próprio fato de ser qualificada, deixa de ser força". Mas mesmo esta distinção, a mais sofisticada e arguta na literatura, não vai ao cerne da questão. O poder, no entendimento de Passerin d'Entrèves, é uma "força qualificada" ou "institucionalizada". Em outras palavras, enquanto os autores acima citados definem a violência como a mais flagrante manifestação do poder, Passerin d'Entrèves define o poder como uma forma de violência mitigada. Em última análise, isto vem a ser o mesmo.)⁵⁸ Será que todos, da direita à esquerda, de Bertrand de Jouvelet a Mao Tsé-Tung, deveriam concordar a respeito de um aspecto tão básico da filosofia política quanto à natureza do poder?

Em termos de nossas tradições do pensamento político, estas definições têm muito a recomendá-las. Elas não apenas se derivam da velha noção do

poder absoluto, que acompanhou o surgimento do Estado-nação europeu soberano, e cujos primeiros e maiores porta-vozes foram Jean Bodin, na França do século XVI, e Thomas Hobbes, na Inglaterra do século XVII, mas também coincidem com os termos usados desde a antiguidade grega para definir as formas de governo como o domínio do homem pelo homem — de um ou da minoria na monarquia e oligarquia, dos melhores ou da maioria na aristocracia e democracia. Hoje poderíamos acrescentar a última e talvez mais formidável forma de tal dominação: a burocracia, ou o domínio de um sistema intrincado de departamentos nos quais nenhum homem, nem um único nem os melhores, nem a minoria nem a maioria, pode ser tomado como responsável, e que deveria mais propriamente chamar-se domínio de Ninguém. (Se, de acordo com o pensamento político tradicional, identificarmos a tirania com o governo que não presta contas a respeito de si mesmo, então o domínio de Ninguém é claramente o mais tirânico de todos, pois aí não há ninguém a quem se possa questionar para que responda pelo que está sendo feito. É este estado de coisas, que torna impossíveis a localização da responsabilidade e a identificação do inimigo, que está entre as mais potentes causas da rebelde inquietude esparida pelo mundo de hoje, da sua natureza caótica, bem como da sua perigosa tendência para escapar ao controle e agir desesperadamente.)

Mais ainda, este antigo vocabulário foi estranhamente confirmado e reforçado pelo acréscimo da tradição judaico-cristã e sua "concepção imperativa da lei". Este conceito não foi inventado pelos "realistas políticos", sendo antes o resultado de uma generalização muito anterior e quase automática dos "mandamentos" de Deus, de acordo com a qual "a simples relação de comando e obediência" já era de fato suficiente para identificar a essência da lei.⁵⁹ Finalmente, convicções científicas e filosóficas mais modernas acerca da natureza do homem fortaleceram ainda mais estas tradições legais e políticas. As várias descobertas recentes de um instinto de dominação e de uma agressividade inatos ao animal humano foram precedidas por afirmações filosóficas muito similares. De acordo com John Stuart Mill, "a primeira lição da civilização [é] aquela da obediência", e ele fala dos "dois estados das inclinações... um, o desejo de exercer poder sobre os outros; o outro, a falta de inclinação para sofrer o exercício do poder".⁶⁰ Se dêssemos crédito às nossas próprias experiências nestes assuntos, deveríamos saber que o instinto de submissão, um ardente desejo de obedecer e ser dominado por alguns homens fortes, é ao menos tão proeminente na psicologia humana quanto a vontade de poder, e, politicamente, talvez mais relevante. O velho adágio "como apropriar-se ao poder aquele que sabe

violência
poder e
propriedade

violência
poder e
propriedade

obedecer", do qual alguns versões parecem ter sido conhecidas em todos os séculos e nações.⁶¹ Bem pode-se pontar para uma verdade psicológica: isto é, que a vontade de poder e a vontade de obedecer estão interligadas. "A submissão imediata ao poder", para citar Mill mais uma vez, não é de forma alguma causada sempre pela "perversidade extrema". Inversamente, a ausência de inclinação para obedecer frequentemente faz-se acompanhar de uma ausência de inclinação para também bastante forte para dominar e comandar. Falando historicamente, a antiga instituição da economia escrava seria incompreensível nas bases da psicologia de Mill. Sua finalidade expressa era a de liberar os cidadãos do fardo dos afazeres domésticos e permitir que adentrassem a vida pública da comunidade, onde todos eram iguais; se fosse verdade que nada é mais doce do que dar ordens e dominar os outros, o senhor jamais teria abar donado seu lar.

Contudo, existe ainda uma outra tradição e um outro vocabulário não menos antigos e honrados. Quando a cidade-Estado ateniense denominou sua Constituição uma *isomia*, ou quando os romanos falaram de uma *civitas* como a sua forma de governo, tinham em mente um conceito de poder e de lei cuja essência não se assentava na relação de mando-obediência, e que não identificava poder e domínio ou lei e mando. Foi para esses exemplos que os homens das revoluções do século XVIII voltaram-se quando vasculharam os arquivos da Antiguidade e constituíram uma forma de governo, uma república, em que o domínio da lei, assentado no poder do povo, poria fim ao domínio do homem sobre o homem, o qual eles pensavam ser um governo "próprio a escravos". Também eles, infelizmente, ainda falavam em obediência — obediência às leis em vez de aos homens; mas o que eles de fato queriam dizer era apoio às leis para as quais os cidadãos haviam dado seu consentimento.⁶² Tal apoio nunca é inquestionável, e no que concerne à segurança ele não pode alcançar a "obediência inquestionável" que, de fato, um ato de violência pode impor — a obediência com a qual pode contar todo criminoso quando me arrebatava a carteira com a ajuda de uma faca, ou rouba um banco com a ajuda de uma arma. É o apoio do povo que confere poder às instituições de um país, e este apoio não é mais do que a continuação do consentimento que trouxe as leis à existência. Sob condição de um governo representativo, supõe-se que o povo domina aqueles que o governam. Todas as instituições políticas são manifestações e materializações do poder; elas petrificam-se e decaem tão logo o poder vivo do povo deixa de sustentá-las. Isto é o que Madison queria dizer quando afirmou que "todos os governos assentam-se na opi-

nção", frase tão verdadeira para as várias formas de monarquia quanto para as democracias. (Supor que a maioria controla as funções apenas na democracia é uma ilusão fantástica, como observa Jouvenci: "O rei, que não é mais do que um indivíduo solitário, depende muito mais do apoio geral da sociedade do que em qualquer outra forma de governo".⁶³ Mesmo o tirano, o Um que governa contra todos, precisa de ajudantes na tarefa da violência, ainda que seu número possa ser restrito.) Entretanto, o vigor da opinião, quer dizer, o poder do governo, depende de números; ele reside "na proporção do número ao qual é associado".⁶⁴ E a tirania, como descobriu Montesquieu, é portanto a mais violenta e menos poderosa das formas de governo.

De fato, uma das mais óbvias distinções entre poder e violência é a de que o poder sempre depende dos números, enquanto a violência, até certo ponto, pode operar sem eles, porque se assenta em implementos. Um domínio legalmente inestrito da maioria, uma democracia sem Constituição, pode ser muito formidável na supressão dos direitos das minorias e muito efetivo em sufocar o dissenso sem qualquer uso da violência. Mas isso não significa que violência e poder sejam o mesmo.

→ A forma extrema de poder é o *Todos contra Um*, a forma extrema da violência é o *Um contra Todos*. E esta última nunca é possível sem instrumentos. É portanto bastante enganoso sustentar, como tem sido feito frequentemente, que uma infima minoria desarmada interrompeu com sucesso, por meio da violência — gritando, tumultuando etc. —, amplas salas de aula, cuja maioria esmagadora votara pelos procedimentos normais de ensino. (Em um caso recente em uma universidade alemã, houve mesmo um solitário "dissidente" entre muitas centenas de estudantes que poderiam reivindicar essa estranha vitória.) O que de fato acontece nesses casos é algo muito mais sério: a maioria claramente recusa-se a usar o poder para subjugar os desordeiros; os processos acadêmicos interrompem-se porque ninguém está disposto a levantar mais do que um dedo e votar pelo *status quo*. Aquilo a que as universidades se opõem é a "imensa unidade negatíva", da qual fala Stephen Spender em outro contexto. Tudo isto prova apenas que uma minoria pode ter um poder potencial muito maior do que se esperaria contando votos em pesquisas de opinião pública. A maioria meramente observadora, entretida pelo espetáculo da gritaria entre os estudantes e o professor, já é de fato uma aliada latente da minoria. (Bastaria apenas imaginar o que teria acontecido se um ou poucos estudantes judeus desarmados, na Alemanha pré-Hitler, tentassem interromper a aula de um professor anti-semita, para compreender-se o absurdo das falas acerca das pequenas "minorias de militantes".)

Democracia

Penso ser um triste reflexo do atual estado da ciência política que nossa terminologia não distinga entre palavras-chave tais como "poder" [power], "vigor" [strength], "força" [force], "autoridade" e, por fim, violência — as quais se referem a fenômenos distintos e diferentes, e que dificilmente existiriam se assim não fosse. (Nas palavras de J. Entrèves, "força, poder e autoridade são palavras a cujas exatas implicações não se confere muito peso na conversação corrente; mesmo os maiores pensadores por vezes as utilizam fortuitamente. Todavia, é justo presumir que elas refiram-se a diferentes qualidades, e, portanto, seu significado deveria ser cuidadosamente avaliado e examinado... O uso correto destas noções não é apenas uma questão de gramática lógica, mas de perspectiva histórica.")⁶⁵ Utilizá-las como sinônimos indica não apenas um certo desprezo pelos significados lingüísticos, o que já seria grave em demasia, mas também tem resultado em uma certa cegueira quanto às realidades às quais eles correspondem. Em tal situação, é sempre tentador introduzir novas definições, porém — muito embora eu vá ceder à tentação brevemente — o que está em jogo aqui não é apenas uma questão de linguagem imprecisa. Por detrás da aparente confusão subjaz a firme convicção à luz da qual todas as distinções seriam, no melhor dos casos, de pouca importância: a convicção de que o tema político mais crucial é, e sempre foi, a questão sobre "quem domina quem". Poder, vigor, força, autoridade e violência seriam simples palavras para indicar os meios em função dos quais o homem domina o homem; são tomados por sinônimos porque têm a mesma função. Somente quando os assuntos públicos deixam de ser reduzidos à questão do domínio é que as informações originais no âmbito dos assuntos humanos aparecem, ou, antes, reaparecem, em sua autêntica diversidade.

Estas informações, em nosso contexto, podem ser enumeradas como se segue:

O poder corresponde à habilidade humana não apenas para agir, mas para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido. Quando dizemos que alguém está "no poder", na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empoderado por um certo número de pessoas para agir em seu nome. A partir do momento em que o grupo, do qual se originara o poder desde o começo (*potestas in populo*, sem um povo ou grupo não há poder), desaparece, "seu poder" também se esvanece. Em seu uso corrente, quando falamos de um "homem poderoso" ou de uma "personalidade poderosa", já usamos a palavra "poder" metafo-

ricamente; aquilo a que nos referimos sem a metáfora é o "vigor" [strength].

O vigor inequivocamente designa algo no singular, uma entidade individual; é a propriedade inerente a um objeto ou pessoa e pertence ao seu caráter, podendo provar-se a si mesmo na relação com outras coisas ou pessoas, mas sendo essencialmente diferente delas. Mesmo o vigor do indivíduo mais forte sempre pode ser sobrepujado pelos muitos, que não raro entrarão em acordo para nenhum outro propósito senão o de arruinar o vigor, precisamente por causa de sua independência peculiar. A hostilidade quase instintiva dos muitos contra o único tem sido sempre atribuída, de Platão a Nietzsche, ao ressentimento, à inveja dos fracos contra os fortes. Mas essa interpretação psicológica não atinge o alvo. É da natureza de um grupo e de seu poder voltar-se contra a independência, a propriedade de vigor individual.

A força [force], que frequentemente empregamos no discurso cotidiano como um sinônimo da violência, especialmente se esta serve como um meio de coerção, deveria ser reservada, na linguagem terminológica, às "forças da natureza" ou à "força das circunstâncias" (*la force des choses*) — isto é, deveria indicar a energia liberada por movimentos físicos ou sociais.

A autoridade, relacionando-se ao mais enganoso destes fenômenos e portanto, sendo um termo do qual se abusa com frequência,⁶⁶ pode ser investida em pessoas — há algo como a autoridade pessoal, por exemplo na relação entre a criança e seus pais, entre aluno e professor; ou pode ser investida em cargos como, por exemplo, no Senado romano (*auctoritas* à *Senatus*); ou em postos hierárquicos da Igreja (um padre pode conceder absolvição mesmo estando bêbado). Sua insignia é o reconhecimento inquestionável por aqueles a quem se pede que obedçam: nem a coerção nem a persuasão são necessárias. (Um pai pode perder a autoridade tanto batendo em seu filho quanto discutindo com ele, ou seja, tanto comportando-se em relação a ele como um tirano quanto tratando-o como um igual. Conservar a autoridade requer respeito pela pessoa ou pelo cargo. O maior inimigo da autoridade é, portanto, o desprezo, e o mais seguro meio para miná-la é a risada.⁶⁷)

Finalmente, a violência, como eu disse, distingue-se por seu caráter instrumental. Fenomenologicamente, ela está próxima do vigor, posto que os implementos da violência, como todas as outras ferramentas, são planejados e usados com o propósito de multiplicar o vigor natural até que, em seu último estágio de desenvolvimento, possam substituí-lo.

grou ante os olhos espantados dos jovens rebeldes. Sem saber, eles o haviam testado; eles pretendiam apenas desafiar o ossificado sistema universitário, e veio abaixo o sistema governamental de poder, junto com aquele das imensas burocracias partidárias — “une sorte de désintégration de toutes les hiérarchies”. (“uma espécie de desintegração de todas as hierarquias”)⁷⁰ De acordo com os manuais, era o caso de uma situação revolucionária⁷¹ que não se desenvolveu em uma revolução porque não havia ninguém, e menos ainda os estudantes, preparado para agarrar o poder e a responsabilidade que o acompanhava. Ninguém exceto De Gaulle, é claro. Nada foi mais característico a respeito da seriedade da situação do que seu apelo ao exército, sua viagem para ver Massu e os generais na Alemanha, o passeio à Canossa, se é que houve um, em vista do que acontecera apenas poucos anos antes. Mas o que ele procurou e recebeu foi apoio, não obediência, e os meios não foram ordens, mas concessões.⁷² Se as ordens tivessem sido suficientes, ele jamais precisaria deixado Paris.

Jamais existiu governo exclusivamente baseado nos meios da violência. Mesmo o domínio totalitário, cujo principal instrumento de dominação é a tortura, precisa de uma base de poder — a polícia secreta e sua rede de informantes. Apenas o desenvolvimento de soldados-robôs, que, como antes mencionado, eliminaria por completo o fator humano e, presumivelmente, permitiria a um homem destruir quem quer que desejasse apenas apertando um botão, poderia mudar esta ascendência fundamental do poder sobre a violência. Mesmo a dominação mais despótica que conhecemos, o domínio do senhor sobre os escravos, que sempre o excederam em número, não se amparava em meios superiores de coerção enquanto tais, mas em uma organização superior do poder — isto é, na solidariedade organizada dos senhores.⁷³ Homens sozinhos, sem outros para apoiá-los, nunca tiveram poder suficiente para usar da violência com sucesso. Assim, em assuntos domésticos, a violência funciona como o último recurso do poder contra criminosos ou rebeldes — quer dizer, contra indivíduos singulares que, por assim dizer, recusam-se a ser subjugados pelo consenso da maioria. E, quanto à guerra efetiva, temos visto no Vietnã o quanto uma enorme superioridade nos meios da violência pode tornar-se inútil se confrontada com um oponente mal equipado mas bem organizado, que é muito mais poderoso. Esta lição, por certo, já podia ter sido aprendida da história da guerra de guerrilhas, que é pelo menos tão antiga quanto a derrota do exército de Napoleão na Espanha, até então invicto.

Mudando por um momento para a linguagem conceitual: o poder é de fato a essência de todo governo, mas não a violência. A violência é por

natureza instrumental; como todos os meios, ela sempre depende da orientação e da justificação pelo fim que almeja. E aquilo que necessita de justificação por outra coisa não pode ser a essência de nada. O fim da guerra — fim tomado em seu duplo sentido — é a paz ou a vitória; mas para a questão “e qual é o fim da paz?” não há resposta. A paz é um absoluto, mesmo se na história registrada os períodos de guerra quase sempre superaram os períodos de paz. O poder está na mesma categoria; ele é, como se diz, “um fim em si mesmo”. (Isto, com certeza, não implica negar que os governos sigam políticos e empreguem seu poder para alcançar objetivos prescritos. Mas a própria estrutura de poder precede e supera todas as metas, de sorte que o poder, longe de ser o meio para um fim, é de fato a própria condição que capacita um grupo de pessoas a pensar e agir em termos das categorias de meios e fins.) E, posto que o governo é essencialmente poder organizado e institucionalizado, a questão ordinária “qual é a finalidade do governo?” também não faz muito sentido. A resposta será ou redundante — para possibilitar que os homens vivam em comum —, ou perigosamente utópica — para promover a felicidade ou concretizar a sociedade sem classes, ou qualquer outro ideal não-político, o qual, se tentado com perseverança, só pode acabar em alguma forma de tirania.

O poder não precisa de justificação, sendo inerente à própria existência das comunidades políticas; o que ele realmente precisa é de legitimidade. O tratamento ordinário destas duas palavras como sinônimos não é menos enganoso ou confuso do que a equação corrente entre obediência e apoio. O poder emerge onde quer que as pessoas se unam e ajam em concerto, mas sua legitimidade deriva mais do estar junto inicial do que de qualquer ação que então possa seguir-se. A legitimidade, quando desafiada, ampara-se a si mesma em um apelo ao passado, enquanto a justificação remete a um fim que jaz no futuro. A violência pode ser justificável, mas nunca será legítima. Sua justificação perde em plausibilidade quanto mais o fim almejado distancia-se no futuro. Ninguém questiona o uso da violência em defesa própria porque o perigo é não apenas claro, mas também presente, e o fim que justifica os meios é imediato.

Poder e violência, embora sejam fenômenos distintos, usualmente aparecem juntos. Onde quer que estejam combinados, o poder é, como descrevimos, o fator primário e predominante. A situação é, contudo, inteiramente diferente quando lidamos com eles em seu estado puro — como, por exemplo, na invasão e ocupação estrangeiras. Vimos que a equação ordinária entre violência e poder assenta-se na compreensão do governo como a dominação do homem pelo homem através da violência. Se um conquista-

dor externo confronta-se com um governo impotente e com uma nação desacostumada ao exercício do poder político, é fácil para ele conseguir tal dominação. Em todos os outros casos as dificuldades são muito grandes, e o ocupante invasor tentará imediatamente estabelecer governos colaboracionistas, quer dizer, em contradição com uma base de poder nativa para apoiar sua dominação. O conflito total entre os tanques russos e a resistência totalmente não-violenta do povo tcheco é um caso típico da confrontação entre violência e poder em se is esta dos puros. Mas a dominação, em tal circunstância, mesmo sendo difícil de se consumir, não é impossível. Devemos sempre lembrar que a violência não depende de números ou opiniões, mas de implementos, e, como mencionado anteriormente, os implementos da violência, como todas as ferramentas, amplifiquem e multipliquem o vigor humano. Aqueles que se opõem à violência com o mero poder rapidamente descobrem que não são os confrontados por homens, mas pelos artefatos humanos, cuja desumanidade e eficácia destrutiva aumentam na proporção da distância que separa os oponentes. A violência sempre pode destruir o poder, do caso de uma única arma que rege o comando mais efetivo, resultando na mais perfeita e instantânea obediência. O que nunca emergirá daí é o poder.

Em um conflito frontal entre a violência e o poder, dificilmente o resultado é duvidoso. Se a estratégia da resistência não-violenta de Gandhi, extremamente poderosa e bem-sucedida, tivesse encontrado um inimigo diferente — a Rússia de Stalin, a Alemanha de Hitler e mesmo o Japão do pré-guerra, em vez da Inglaterra — o resultado não teria sido a descolonização, mas o massacre e a submissão. Entretanto, tanto a Inglaterra na Índia como a França na Argélia tinham boas razões para refletirem-se. O domínio pela pura violência advém de onde o poder está sendo perdido; é precisamente o encolhimento do poder do governo russo, interno e externamente, que se tornou manifesto em sua "solução" do problema na Tchecoslováquia — assim como fora o recolhimento do poder do imperialismo europeu que se tornou manifesto na alternativa entre descolonização ou massacre. Substituir o poder pela violência pode trazer a vitória, mas o preço é muito alto; pois ele é não apenas pago pelo vencedor como também pelo vencedor, em termos de seu próprio poder. Isto é especialmente verdadeiro quando o vitorioso destrói internamente os benefícios do governo constitucional. Henry Steele Commager está absolutamente certo: "Se subvertermos a ordem mundial e destruímos a paz mundial, deveremos antes subverter e destruir nossas próprias instituições políticas".⁷⁴ O temido efeito *boomerang* do "governo de nações subjugadas" (Lord Cromer) sobre o governo da metrópole, durante a era imperialista, significava que o domínio pela vio-

lência em terras distantes terminaria por afetar o governo da Inglaterra, que a última "raça subjugada" seriam os próprios ingleses. O recente ataque a gás no campus de Berkeley, onde lançou-se não apenas o gás lacrimogêneo, mas também um outro tipo de gás, "proibido pela Convenção de Genebra e usado pelo exército para o extermínio de guerrilheiros no Vietnã", enquanto os guardas protegidos por máscaras impediam tudo e todos de "escapar da área infestada", é um excelente exemplo deste fenômeno de "ricochete". Tem sido bastante afirmado que a impotência gera violência e, psicologicamente, isto é verdadeiro, ao menos para pessoas que possuem vigor natural, moral ou físico. Politicamente, o ponto é o de que com a perda do poder torna-se uma tentação substituí-lo pela violência — em 1968, durante a Convenção Democrática, em Chicago, pudemos assistir a este processo pela televisão⁷⁵ —, e esta violência por si mesma resulta em impotência. Onde a violência não mais está escorada e resguardada pelo poder, a tão conhecida inversão no cálculo dos meios e fins faz-se presente. Os meios, os meios da destruição, agora determinam o fim — com a consequência de que o fim será a destruição de todo poder.

Em nenhum outro lugar fica mais evidente o fator autodestrutivo da vitória da violência sobre o poder do que no uso do terror para manter a dominação, sobre cujos estranhos sucessos e falhas eventuais sabemos talvez mais do que qualquer geração anterior. O terror não é o mesmo que a violência; ele é, antes, a forma de governo que advém quando a violência, tendo destruído todo poder, ao invés de abdicar, permanece com controle total. Tem sido observado que a eficiência do terror depende quase totalmente do grau de atomização social. Toda forma de oposição organizada deve desaparecer antes que possa ser liberada a plena força do terror. Esta atomização — uma palavra ultrajantemente pálida e acadêmica para o horror aí implícito — é sustentada e intensificada por meio da ubiquidade do informante, que pode tornar-se literalmente onipresente porque já não mais é um mero agente profissional a soldo da polícia, mas, potencialmente, qualquer pessoa com quem se tenha contato. Como um tal estado policial plenamente desenvolvido estabelece-se e age — ou melhor, como nada funciona onde ele impera — pode agora ser aprendido em *The First Circle*, de Aleksandr I. Solzhenitsyn, que provavelmente restará como uma das grandes obras da literatura do século XX, e que por certo contém a melhor documentação existente sobre o regime de Stalin.⁷⁶ A diferença decisiva entre a dominação totalitária, baseada no terror, e as tiranias e ditaduras, estabelecidas pela violência, é que a primeira investe não apenas contra seus inimigos, mas também contra seus amigos e apoiadores, temên-

do todo poder, mesmo o poder de seus amigos. O ápice do terror é alcançado quando o Estado policial inicia a devoração de suas próprias crias, quando o executante de ontem torna-se a vítima de hoje. E este é também o momento em que o poder desaparece completamente. Existem agora muitas explicações plausíveis para a desestalinização da Rússia — nenhuma delas, creio, mais convincente do que a percepção dos próprios funcionários-stalinistas de que uma continuação do regime levaria não à uma insurreição, contra a qual o terror é de fato a melhor salvaguarda, mas à paralisia de todo o país.

Para resumir: politicamente falando, é insuficiente dizer que poder e violência não são o mesmo. Poder e violência são opostos; onde um domina absolutamente, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em risco, mas, deixada a seu próprio curso, ela conduz à desaparecimento do poder. Isto implica ser incorreto pensar o oposto da violência como a não-violência; falar de um poder não-violento é de fato redundante. A violência pode destruir o poder; ela é absolutamente incapaz de criá-lo. A grande confusão de Hegel e Marx no "poder da negação" dialética — em virtude da qual os opostos não se destroem, mas desenvolvem-se suavemente, transformando-se um no outro, pois as contradições promovem o desenvolvimento ao invés de paralisá-lo — assenta-se em um preconceito filosófico muito mais antigo: o de que o mal não é mais do que um *modus privativo* do bem, de que o bem pode advir do mal; de que, em síntese, o mal é apenas a manifestação temporária de um bem ainda oculto. Tais opiniões, desde há muito veneradas, tornaram-se perigosas. São compartilhadas por muitos que jamais ouviram falar em Hegel ou Marx, pela simples razão de que elas inspiram esperança e dissipam o medo — uma confiança traiçoeira usada para dissipar um medo legítimo. Com isto, não pretendo equacionar a violência ao mal; quero apenas enfatizar que a violência não pode ser derivada de seu oposto, o poder, e que, a fim de compreendê-la pelo que é, teremos de examinar suas raízes e sua natureza.